

Comunicação para Meios de Vida Urbanos Sustentáveis

Rio de Janeiro . Brasil



COMUNICAÇÃO PARA MEIOS DE VIDA URBANOS SUSTENTÁVEIS

Rio de Janeiro, Brasil

DPU / IBAM / IBASE
2003

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Cidade do Rio de Janeiro tem hoje quase 6 milhões de habitantes, constituindo-se na sede de uma região metropolitana com cerca de 11 milhões de habitantes. Do total de moradores da cidade, cerca de 1.100.000 habitantes, quase 19%, portanto, moram em favelas, algumas delas com mais de 100.000 residentes. A população das favelas cresce hoje a uma taxa significativamente maior do que a taxa de crescimento da população do restante da cidade. No entanto elas não se expandem muito mais em quantidade, apresentando de fato crescimento populacional para dentro de si mesmas. Além das favelas, a cidade abriga também um enorme contingente populacional vivendo em loteamentos clandestinos ou irregulares em zonas mais afastadas do centro urbano com interstícios ainda a ocupar.

Apesar de esses assentamentos abrigarem uma enorme incidência de pobreza, nas últimas décadas houve um certo deslocamento da pobreza em relação aos lugares que a ela estavam irremediavelmente associados. Isto implica dizer que hoje nem todo morador de favela é “pobre” e que, também, no restante da cidade, veio se formando um contingente de “novos pobres”. Vale registrar que a pobreza e a desigualdade são agravadas ainda pelas condições de inserção do Brasil no cenário neoliberal instaurado no mundo que, por sua vez, vem gerando conseqüências profundas na desestruturação do mundo do trabalho e no crescimento exponencial da criminalidade urbana.

As favelas surgiram há mais de cem anos no Rio de Janeiro (e no Brasil). Nesse longo período de existência, da antiga política de remoção dos anos de 1960, passou-se a uma política explícita de consolidação e urbanização assumida desses assentamentos, consagrada, nos anos de 1990, pelo programa Favela Bairro. A história das favelas, no entanto, mostra que, mais do que os investimentos pulverizados e assistemáticos, oriundos, sobretudo, do Poder Público, talvez os maiores investimentos globais feitos nesses lugares sejam aqueles dos próprios moradores na autoprodução dos seus lugares de vivência.

A pauta de demandas (ou meios de vida) que veio animando esse processo também vem mudando. Além de tornar-se mais diversificada e complexa, essa pauta, antes centrada nos serviços, infra-estruturas e obras de urbanização em geral, inclui hoje também iniciativas, quase sempre autônomas dos moradores ou de parceiros, na esfera da cultura, da requalificação para o trabalho e da afirmação de direitos de cidadania. Ou seja, da atenção à favela passou-se a exigir atenção ao favelado, buscando-se superar preconceitos, estigmas e estereótipos arraigados; melhorar o seu padrão de sociabilidade urbana e sua posição relativa na estratificação social e fortalecer o seu papel como força social.

As duas favelas pesquisadas, Andaraí e Santa Marta, apesar do enquadramento geral no universo de questões que envolvem as favelas cariocas, da grande densidade organizacional e vida cultural intensa, guardam algumas diferenças significativas. A favela do Andaraí, na Zona Norte da cidade, apesar dos conflitos internos e externos, sobretudo com o Poder Público, foi capaz de gerar liderança que, a partir das lutas internas do lugar, assumiu uma trajetória político-partidária integrada ao ordenamento institucional formal do Governo Municipal. Em relação ao conjunto das favelas cariocas, e mesmo ainda com grandes demandas atender, a favela do Andaraí atinge um bom índice de qualidade urbana, tendo servido como experiência-piloto na primeira intervenção realizada no âmbito do Programa Favela Bairro. A favela Santa Marta, na Zona Sul da cidade, tem uma significativa história de lutas comunitárias e de resistência organizada dos moradores. Muito da sua dinâmica política e comunitária se deve a lideranças articuladas, sobretudo a partir de uma estrutura familiar com significativa capacidade de ação autônoma interna e externa em relação aos organismos governamentais. Paradoxalmente, é uma favela que, apesar da sua grande visibilidade política e na paisagem da cidade, é das que apresentam baixo nível de urbanização e qualidade urbana geral em relação aos padrões encontrados em outras favelas da cidade.

Do ponto de vista que interessa aqui examinar, os processos políticos e de comunicação implicados no desenvolvimento das favelas foram marcados por períodos caracterizados por significativas alianças, conflitos, clivagens e rupturas envolvendo uma enorme complexidade de atores sociais em mudança no tempo. O eixo principal de análise, pela importância estratégica que assume no caso do Rio de Janeiro, diz respeito à comunicação entre as comunidades de favelas e o Governo local. É neste circuito, sem dúvida, que se desenrolam as principais tramas da comunicação de interesse dos pobres e da cidadania, em torno de um conjunto amplo de demandas sob a responsabilidade direta do Governo Municipal. O cenário de descentralização vivido atualmente no Brasil, de fato, impõe hoje aos Municípios brasileiros pesados encargos na resolução de pautas sociais, incluindo habitação, saneamento ambiental e políticas sociais *stricto sensu*. A partir desse eixo principal, comunidade-governo local, a comunicação está conectada a um amplo espectro de atores, incluindo, além das esferas estadual e federal de Governo (estas com menor ênfase), empresas prestadoras de serviços públicos, ONGs, organizações comunitárias, igrejas e os próprios moradores.

Quanto ao Governo Municipal, vale destacar que, nos últimos anos, foram criados dois tipos de equipamentos novos voltados para o trabalho descentralizado direto dentro de favelas: Os POUOS, vocacionados originalmente ao desenvolvimento urbanístico progressivo do espaço físico das favelas beneficiadas pelo programa Favela Bairro; e os CEMASIs, vocacionados à integração multissetorial das políticas sociais de interesse da população pobre das favelas. Ambas as iniciativas municipais – mas principalmente os POUOS –, apesar de saudadas como um avanço em termos de políticas públicas na esfera local de Governo, pela proximidade e abertura à comunicação direta com os seus beneficiários potenciais, carecem de avaliação mais sistemática e de rumo para se consolidarem de forma sustentável como experiência replicável na cidade. As empresas prestadoras de serviços públicos, atingidas por processos recentes de privatização e outras formas de flexibilização contratual, encontram limitações para expansão e melhorias dos seus serviços no quadro geral de pobreza verificado nas favelas.

Suas políticas e ações nessas áreas são claramente distintas daquilo que é praticado no restante da cidade. Nas favelas desenvolvem vínculos e canais de comunicação sociais calcados em estratégias de garantia de retorno dos seus investimentos, através do emprego local de moradores e apoio financeiro a associações e atividades comunitárias, por exemplo. As ONGs, quando atuantes na relação direta, *in loco*, com as favelas, costumam se enraizar nesses locais, atendendo a demandas não cobertas pelo aparato oficial de instituições públicas que deveriam ser responsáveis pela redução das desigualdades sociais e pela promoção de direitos de cidadania. Um exemplo são os serviços jurídicos prestados à população, com resultados inclusive no campo dos direitos da mulher. As organizações comunitárias realizam uma ampla gama de atividades e serviços comunitários, incluindo creches, escolas, prática de esportes e outros. Neste grupo, as associações de moradores constituem um caso à parte, tendo passado de uma fase de certa autonomia, representatividade, legitimidade e protagonismo, engajado em uma perspectiva política de resistências e mudanças, à uma fase em que parecem figurar como dominadas pelo poder do tráfico de drogas instalado nas favelas. As igrejas – antes as católicas e nos tempos atuais mais as evangélicas – parecem atuar no momento num campo menos “ideológico” e “engajado”, indo, para além da sua missão espiritual, na direção da assistência a grupos e demandas sociais específicas, muitas das vezes como intermediárias de programas governamentais.

Quanto aos moradores, cada um deles, homens e mulheres, de diferentes faixas etárias, residentes em diferentes áreas e setores das favelas, mas com destaque para aqueles que assumem atitudes comunitárias mais ativas, representa um universo de interlocutores aparentemente difuso. No entanto, mesmo isoladamente, costumam definir pautas particulares muitas das vezes carentes de inserção nos processos comunicacionais dominantes nesses lugares. No entanto, a caracterização mais precisa dos diferentes interlocutores que participam do processo de desenvolvimento das favelas é difícil hoje devido à intercambialidade de papéis. Muitos atuam em mais de um campo, ora como morador da favela, ora como funcionário público, ora como contratado de uma empresa prestadora de serviços públicos (como gari comunitário, por exemplo) ou de uma ONG.

Uma revelação importante da pesquisa é que o protagonismo assumido pelos diferentes interlocutores participantes dos processos comunicacionais examinados é mais bem compreendido diante de trajetórias de vida, condições de gênero e características pessoais para funções, por exemplo, de liderança e mediação. No caso das trajetórias, foram examinados dois casos: o de uma ex-líder comunitária da favela do Andaraí, que hoje faz carreira parlamentar político-partidária, e o de um líder comunitário da favela Santa Marta, que hoje é dirigente de uma ONG e assume um protagonismo político (não institucional) interno e externo à favela com ênfase na cultura e no fortalecimento da capacidade de comunicação autônoma local. O tema gênero, apesar de não assumido como um campo explícito de ativismo no assunto entre os entrevistados e entrevistadas, emerge como questão-chave para a representação de demandas e projetos, individuais e coletivos, entre os favelados. Machismo e posição feminina desfavorável no ambiente doméstico constituem dificuldades para dedicação das mulheres ao ativismo comunitário e foram apontados como barreira para uma representação mais vigorosa das mulheres na dinâmica política local. Quanto à mediação, dadas as condições

relativas desfavoráveis dos “de dentro” das favelas, os mediadores tendem a reproduzir os desequilíbrios de forças favoráveis aos “de fora” nos circuitos da comunicação. Apesar das ambigüidades muitas vezes observadas nesses processos, os “padrões” de mediação analisados tendem a bloquear a mobilidade dos que se encontram em posições relativas mais vulneráveis ou subordinadas. No entanto, a necessidade da mediação, antes de tudo, reflete a distância entre os atingidos pelos problemas daqueles responsáveis pelas suas soluções. Numa democracia em construção, a mediação constitui um poder, servindo como canal para a fluidez do processo comunicacional, como atenuante de tensões sociais, como vetor de interesses manifestos ou não manifestos pelas partes implicadas e como instância de tradução de códigos de linguagem.

Nesse contexto, as condições de comunicação verificadas entre os pobres da cidade do Rio de Janeiro e os diferentes agentes que implementam ações de caráter público nas suas áreas preferenciais de residência, sobretudo as favelas, podem ser caracterizadas, em geral, como pouco favoráveis a um diálogo produtivo, tendo em vista a provisão e a manutenção de meios de vida sustentáveis para a população, não só das favelas mas de toda a cidade. Isto quer dizer que interessaria intervir nos processos comunicacionais analisados pensando na produtividade urbana geral da cidade e não só da favela. O que está em jogo não seria a melhor resolução de meios de vida sustentáveis para a favela e os favelados mas para uma cidadania radical que promova a sociabilidade irrestrita na vida da cidade.

A própria noção de “meios de vida sustentáveis” exige, segundo os próprios resultados da pesquisa, atenção a pelo menos dois conjuntos significativos de demandas: aquelas relacionadas a serviços, instalações e infra-estruturas tradicionalmente presentes na pauta dos mais pobres, e aquelas relacionadas não diretamente à construção da materialidade dos seus lugares de moradia mas, conforme já sugerido, pertinentes à promoção do capital social representado pelas pessoas do lugar. Para os moradores das favelas cariocas, porém, a resolução desse amplo e complexo universo de demandas, está dirigida de fato à afirmação de identidade e de um sentido de pertencimento à cidade que tende a excluí-los pelo que denotam diante de padrões sociais tidos como aceitáveis. Isto tem reflexos profundos na sociabilidade urbana e no melhor aproveitamento do capital social e cultural presente nas favelas cariocas. Mudar esse enquadramento implicaria desarmar estigmas, preconceitos e estereótipos presentes nos discursos e nas atitudes de muitos, passando por representantes do Poder Público, da mídia e de outros espaços de trânsito do imaginário social da cidade e dos seus cidadãos.

No caso do Rio de Janeiro, apesar das diferenças do fenômeno em distintos assentamentos, é inevitável referir-se à presença do tráfico de drogas nas favelas. Essa presença, antes mais baseada em alianças capilares com o lugar e os moradores, hoje se realiza pelo controle armado do território, impondo-se de modo mais organizado e violento. A influência disso é decisiva para a organização comunitária interna nas favelas e para as possibilidades de articulação externa com outros espaços de interlocução. Esse “poder paralelo” nas favelas, aparece de forma pouco explícita e velada nas entrevistas realizadas, denunciando sua influência estrutural nos circuitos comunicacionais examinados e revelando sua

interferência na expressão dos moradores das favelas, forçados à convivência com os traficantes.

Esta análise dos processos de comunicação ocorre em um momento em que o padrão de controle público das favelas caracteriza-se como um “controle negociado” entre o Estado e o “poder paralelo” do tráfico. Os narcotraficantes tornaram-se atores sociais importantes nos vínculos internos e externos à favela, ocupando um espaço ambíguo de invisibilidade pública, mantido e reforçado pela passividade diante do absurdo onde a desigualdade se nutre e se fortalece.

De fato, historicamente as demandas por serviços públicos dos moradores das favelas foram se constituindo por caminhos e processos paralelos às vias oficiais de reivindicação disponíveis para a cidade formal. A descontinuidade e a ausência de políticas consistentes voltadas para as favelas impõem uma atitude de jogo diante das possibilidades de ação e de interlocutores capazes de atender a demandas inadiáveis dos moradores. Neste cenário, a confiança constitui um fator indispensável para as alianças, diante da luta e do sacrifício continuado em busca de respostas aos problemas. A administração do tempo passa a ser estratégica tanto para moradores quanto para provedores dos seus meios de vida. Assim, enquanto na cidade formal alguns espaços ou setores privilegiados são reconstruídos e modernizados continuamente, nas favelas o tempo lento das realizações tende a destruir o pouco já realizado sem que, muitas das vezes, chegue a ser efetivamente concluído ou instalado em bases sustentáveis.

No que diz respeito à comunicação intracomunitária, como os moradores das favelas não formam uma “comunidade” homogênea, com mesmos interesses sociais, econômicos, culturais e políticos, também são multifacetados e polifônicos os processos e fluxos comunicacionais, assim como a formulação e a expressão de suas imagens, identidades e demandas. Além das clivagens mais explícitas de faixas etárias, gênero e outras, se interpõem na constituição interna da(s) comunidade(s) valores, crenças e projetos distintos ou mesmo antagônicos. O emprego do “nós” entretanto pode ser acionado pelos moradores das favelas na distinção simbólica nós-eles (“eles” referindo-se, sobretudo, aos órgãos governamentais) e é quase sempre relacional e conjuntural, quando referido à comunidade. Como vários desses moradores são também empregados do Poder Público e de outros agentes que atuam nas favelas, há uma dinâmica de identidades dependendo de quem fala com quem, em que circunstância e lugar.

A comunicação intercomunitária, muito forte e ativa em décadas passadas, hoje se realiza por vias pouco ortodoxas e pouco identificadas com o campo da política comunitária ou da política oficial. As igrejas evangélicas, nos seus campos mais ou menos restritos de atuação, costumam servir de canais de comunicação entre favelas. A outra novidade é o *site* Vivafavela, mantido por uma ONG, que está estruturado como agência de notícias com ramificações em várias favelas da cidade. A ação em rede é assim relativamente fraca ou inexistente entre as favelas cariocas.

No que diz respeito à comunicação intragovernamental e à comunicação governo-comunidade, dois pontos devem ser destacados. A desarticulação intra e intergovernamental e a descontinuidade administrativa estimulam as relações

informais, diretas ou pessoalizadas que ligam determinadas lideranças das favelas a políticos ou representantes de Governo com altos cargos na Administração Pública. Embora não exclusivo da favela, questiona-se sobre o caráter público da atuação governamental e o aprofundamento das disputas entre lideranças internas que provocam essas práticas. O fortalecimento de grupos em detrimento de um atendimento universal dos serviços tende a ser mais flagrante nos espaços onde a presença do Poder Público é menor. O segundo aspecto revela que, mesmo quando acionados elementos inovadores – como a prática da contratação pelo Poder Público de agentes comunitárias moradores das favelas com a missão de facilitar ou mediar os canais de comunicação favela-governo –, laços e formatos tradicionais predominam no processo.

Finalmente, verifica-se dentro das favelas um campo de intensa atividade comunicativa apoiada em meios, linguagens e métodos diversos de comunicação, como alto-falantes, panfletos, cartazes, jornais, rádios e TVs comunitárias, além de eventuais visitas domiciliares do tipo porta a porta. Essas iniciativas refletem, talvez, a necessidade de afirmação de identidade e a busca por espaços de expressão autônoma de projetos não mediados por agentes externos a esses lugares, incluindo mesmo a chamada grande mídia. A linguagem culta dominante na interlocução com os agentes públicos constitui ainda barreira comunicacional, dentro e fora da favela, reforçando estigmas construídos em torno das desigualdades sociais.

CONCLUSÕES

A análise feita no âmbito do tema da “comunicação para meios de vida urbanos sustentáveis”, referente ao caso da cidade do Rio de Janeiro, Brasil, suscita um amplo e significativo espectro de conclusões capaz de orientar a definição de propostas no assunto. Como se sabe, a idéia aqui é, a partir do esforço acadêmico empreendido, elaborar um conjunto de propostas que sirvam de resposta à análise e norteiem a intervenção produtiva no próprio universo real de pesquisa focalizado. O objetivo, assim, é devolver ao contexto, aos processos e aos atores identificados novas dinâmicas que permitam incidir positivamente no quadro geral de dificuldades mas também de oportunidades verificadas no momento.

A riqueza do material empírico levantado certamente anima a reflexão para muito além daquilo que é possível e esperado assimilar no momento. Quem sabe, esforços futuros de desdobramento do projeto possam dar sentido mais objetivo àquilo que neste momento é visto como acessório ou sem importância imediata. Novos olhares sobre o material empírico podem apontar novos filões a explorar.

De qualquer modo, o esforço de síntese da equipe permitiu registrar um conjunto consistente de conclusões a respeito dos processos de comunicação observados na pesquisa. Trata-se de espécies de linhas de força que estruturam os processos comunicadores ou fendas que se interpõem entre os interlocutores definindo condições decisivas para a qualidade dos resultados alcançados.

As conclusões principais são as seguintes:

1. A “comunicação” não é claramente assumida como um componente estratégico na estruturação das relações sociais que, ao fim e ao cabo, definem a inclusão ou a exclusão em torno de tudo aquilo – meios e facilidades para a vida urbana – que há para tirar proveito.
2. Há limitações e insustentabilidade de espaços, canais e oportunidades para expressão de demandas referentes ao universo de vida dos mais pobres. Isto se manifesta através da inexistência ou precariedade de instâncias de interlocução, da irregularidade da interlocução e da pouca representatividade de atores sociais nos fóruns decisórios referentes à produção e ao consumo de bens e serviços públicos. Há, por isso mesmo, entre os interlocutores-chave dos processos de comunicação examinados, um conhecimento precário sobre expectativas de uns em relação aos outros, provedores e beneficiários das ações. Isto se reflete no desenho de demandas, na formulação de programas e projetos e na definição de prioridades para os investimentos públicos.
3. Os preconceitos, estigmas e estereótipos estão na raiz das dificuldades de comunicação observadas, constituindo-se em barreiras decisivas para instaurar e dar trânsito produtivo a processos de comunicação implicados na redução das desigualdades sociais e na universalização de direitos de cidadania. Os preconceitos, estigmas e estereótipos, na verdade, são apontados como multidirecionais, incidindo na visão de provedores entre si, de beneficiários entre si, bem como nas visões cruzadas entre provedores e beneficiários. Cabe registrar, no entanto, que nenhum conjunto de comunicadores, classificados como forem, pode ser visto como uma estrutura homogênea e submetida a uma ordem única de valores. As clivagens, a favor ou contra uma visão mais generosa e comprometida com mudanças sociais, ocorrem, em maior ou menor grau, em qualquer espaço social. Trata-se, pois, de reconhecer visões e representações dominantes que se interpõem nos processos de comunicação analisados.
4. Verificam-se impedimentos e uma exacerbação dos problemas de comunicação à medida que as ações dirigidas às favelas passam da construção e melhoria material dessas áreas para o fortalecimento do capital social representado pelos moradores dessas áreas; dos investimentos nas coisas para os investimentos nas pessoas. De fato, o tipo de questão que desencadeia ou anima os processos de comunicação examinados tende a definir condições particulares para o desenvolvimento desses processos, exigindo atenção a atores envolvidos por critérios de gênero, faixas etárias ou outro recorte definidor de grupos sociais mais ou menos excluídos. Mais do que isso, tratando-se de promover mudanças nos laços de sociabilidade da favela com a cidade ou na posição relativa dos pobres na estratificação social, a comunicação assume ares de um verdadeiro desafio político que pode ir além das expectativas colocadas no contexto.
5. As práticas de comunicação em geral observadas não costumam ser apoiadas em instrumentos de método de condução e avaliação sistemática de resultados que ofereçam garantias mínimas de eficácia. Ocorre uma espécie

de “jogo aberto” em que temas, interlocutores e beneficiários potenciais – estes em posições relativas de poder diferenciadas – são lançados ao embate sem haver referências para o monitoramento, o atingimento de metas e a validação de resultados anunciados *a priori*. Esta ausência, em maior ou menor grau, se verifica tanto entre os atores diretamente envolvidos nos processos, quanto entre observadores que podem atuar “de fora”, como a mídia e estudiosos do assunto, por exemplo.

6. As dificuldades de comunicação observadas nos processos analisados ocorrem a despeito de um acervo não suficientemente conhecido de experiências e iniciativas tanto da população quanto do Poder Público e outros agentes, que estariam preocupadas em incidir de modo mais produtivo nos resultados efetivamente almejados. Essas experiências e iniciativas têm sido mais episódicas e pontuais e não apropriadas por ações estratégicas e processos sustentáveis de comunicação calcados em metas e articulação de propósitos em longo prazo.

PROPOSTAS

CONTEXTO GERAL

A partir dessas conclusões, é preciso considerar o contexto geral em que as propostas aqui apresentadas poderão ser implementadas. Esse contexto é constituído de barreiras e canais. Por um lado verificam-se dificuldades, debilidades e ameaças ao aperfeiçoamento das práticas de interlocução e comunicação. Por outro lado, é possível identificar pontos fortes e oportunidades de contexto que podem servir de apoio para um programa de ação.

Entre as barreiras, destaca-se a presença cada vez mais decisiva do tráfico de drogas na cena urbana carioca e brasileira. Isso exige mediações pouco identificadas com práticas democráticas nas quais os atores sociais, por mais desequilibradas que sejam suas posições relativas, não aderem de forma subordinada a ordens externas às suas próprias necessidades e demandas. Outro fator importante, diz respeito às dificuldades encontradas no país para a articulação intra e intergovernamental, especialmente no Rio de Janeiro.

No entanto, vale a pena situar as propostas do trabalho no novo cenário político que se cria neste momento no Brasil com a posse de um novo Governo Federal, resultado de uma longa luta política de oposição travada ao longo de décadas, para o período 2003-2006. A despeito das enormes expectativas criadas por este fato com relação ao combate das desigualdades sociais, o aspecto-chave que merece ser destacado é o esforço de reconstrução de alianças e de articulação de um grande pacto em torno da imensa dívida social com os mais pobres. Isto sim pode representar compromissos efetivos com mudanças no quadro atual, especialmente na reconstrução do imaginário sobre os pobres e a pobreza no país, para o qual a sinalização do Governo costuma ser decisiva.

Finalmente, é fraca a percepção da população sobre o valor estratégico da comunicação para o acesso e a manutenção a meios de vida sustentáveis. Vale registrar que o tema central da pesquisa esteve sob constante dificuldade de

assimilação pela maioria dos entrevistados e entrevistadas durante o trabalho de campo. Uma vez que a comunicação se impõe como recurso indispensável em qualquer processo social, ela tende a ser tomada como o óbvio que, por ser óbvio, não é mais percebido em toda a sua extensão como recurso ou potencialidade da própria dinâmica em que se insere.

ÂMBITO DAS PROPOSTAS

De acordo com a proposta original do trabalho, em que pese o amplo contexto em que se desenvolvem os processos de comunicação analisados, as propostas deverão ser dirigidas ao âmbito mais restrito da comunicação. Isto quer dizer que o campo de interesse precípua do trabalho está voltado para a melhoria das condições de comunicação entre os atores e não para o enfrentamento das relações estruturais de forças entre eles. Com isso, não se pode esperar que propostas oriundas deste trabalho resolvam diretamente questões que não são da esfera da comunicação.

Por outro lado, dadas as particularidades que assumem os fenômenos analisados em cada favela, cidade ou região do país, a reprodução das propostas aqui apresentadas, a partir do caso da cidade do Rio de Janeiro, não pode ser feita sem mediações e ajustes indispensáveis de contexto.

PRESSUPOSTOS

As propostas apresentadas, evidentemente, devem estar apoiadas nos próprios fundamentos da pesquisa. A equipe de pesquisadores, por sua vez, trabalha segundo perspectivas, metas programáticas e princípios gerais de conduta em relação ao tema. Sendo assim, vale registrar os seguintes pressupostos gerais que fundamentam as propostas encaminhadas:

- . universalizar direitos;
- . fortalecer a democracia;
- . fortalecer atores sociais mais vulneráveis;
- . sublinhar o valor estratégico da comunicação como recurso de política pública.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

ESTRATÉGIA GERAL	AÇÃO GERAL
<p>A . Promover a criação e manutenção de um espaço de observação sistemática e abrangente sobre processos de comunicação implicados na redução das desigualdades sociais e na promoção de direitos de cidadania</p>	<p>A1 . Criar e manter um projeto de Monitoria da Comunicação para a Cidadania</p> <p>Objetivos O objetivo é acompanhar, monitorar e avaliar o desempenho de diferentes práticas e processos de comunicação em curso, no sentido de fornecer subsídios às autoridades públicas, às populações pobres e à mídia para o tratamento da questão.</p> <p>Produtos O projeto deve gerar relatórios parciais e gerais sobre as práticas selecionadas, além de eventos de divulgação de resultados.</p>

ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS	AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>B . Ampliar a incidência das mídias comunitárias no ambiente político e social onde atuam, sob o interesse na redução das desigualdades sociais e na promoção de direitos de cidadania</p>	<p>B1 . Realizar um mapeamento expedito das iniciativas e da produção atual das mídias comunitárias</p> <p>Objetivos Identificar e divulgar as principais iniciativas e realizações no campo das mídias comunitárias.</p> <p>Produtos O produto deverá ser um índice a ser divulgado em publicação impressa e na Internet, este gerido e atualizado por uma ONG.</p>
	<p>B2. Criar um Fórum de Mídias Comunitárias, articulando diferentes iniciativas em curso</p> <p>Objetivos O objetivo é dar visibilidade, promover a troca de experiências e fortalecer o protagonismo do conjunto das práticas de comunicação comunitárias existentes.</p> <p>Produtos O produto seria um estatuto mínimo, estabelecendo condições de funcionamento do Fórum junto aos parceiros interessados.</p>
	<p>B3 . Elaborar estudo para estímulo ao apoio à produção autônoma de meios de comunicação comunitários</p> <p>Objetivos Criar condições favoráveis para a auto-expressão de demandas da população através de meios de comunicação produzidos com a sua participação ou sob o seu controle</p> <p>Produtos Documento de trabalho a ser encaminhado a órgãos governamentais, agências de financiamento e outros interessados, com propostas sobre o assunto</p>

<p>C. Estimular a atenção e a profissionalização das práticas de comunicação no âmbito de programas e projetos oriundos dos Governos e de provedores de serviços públicos voltados para as comunidades pobres</p>	<p>C1. Elaborar proposta metodológica para formulação, implementação e avaliação de programas e projetos voltada para o desempenho dos processos de comunicação</p> <p>Objetivos Criar instrumento de trabalho que apóie a ação planejada no campo da implementação de programas e projetos voltados para áreas pobres</p> <p>Produtos Proposta metodológica a ser divulgada junto aos interessados</p>
--	--